

Declaração Política

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

No momento em que se verificam algumas convulsões sociais na União Europeia e no resto do Mundo, derivadas em grande parte da subida exponencial do preço dos combustíveis e do aumento da procura mundial de bens alimentares, importa neste parlamento analisar algumas das orientações de política económica desenvolvidas nos Açores que passaram pela não liberalização dos preços em áreas como os combustíveis, os transportes aéreos, o cimento ou a farinha.

As medidas de orientação de política económica regional que prevêem a manutenção de regimes de preços diferenciadas dos restantes territórios nacionais e assentes numa política de defesa dos interesses dos consumidores e em sectores de actividade que não apresentam, do lado da oferta, sobretudo ao nível das ilhas mais pequenas, uma diversidade de operadores que possam garantir, só por si, uma concorrência efectiva, têm sido nos últimos tempos analisada e apreciada por madeirenses e continentais que

pedem que sejam tomadas medidas nos seus territórios que vão ao encontro das tomadas nos Açores.

As orientações para a política de transportes aéreos de e para os Açores espelhadas nas últimas obrigações de serviço público definem uma estratégia correcta para a Região embora, não compreendida pelos defensores da liberalização e da autoregulação. Com a experiência em curso na Região Autónoma da Madeira, mais cedo ou mais tarde dirão que a trajectória traçada pelos governos do PS para os Açores foi a mais acertada para o desenvolvimento económico e social desta Região.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

A Madeira optou pela liberalização.

A Secretária Regional do Turismo e Transportes considerou o facto como um “momento histórico” no primeiro dia da liberalização, mas talvez já se tenha arrependido mil vezes porque, o apregoado “momento histórico”, para os madeirenses, mais não é do que o pesadelo de ter que passar a pagar mais para sair da sua ilha.

No balanço de perdas e ganhos constata-se que:

Os estudantes perderam a sua tarifa especial.

Foram oferecidas tarifas promocionais que correspondem apenas a 1,3% do total dos lugares oferecidos.

As tarifas das viagens sem restrições passaram, em alguns casos, para mais do dobro preço.

Este é o resultado da liberalização numa região em que o movimento de passageiros está concentrado numa única gateway e que tem cerca de 13 ligações por dia - 8 da TAP, 3 da PGA e 2 da SATA. Tudo isto numa gateway que movimenta quatro vezes mais passageiros por ano do que o aeroporto de Ponta Delgada. Imagine-se o efeito desta medida na nossa Região, sem continuidade territorial e com 5 gateways.

Para aqueles que neste Parlamento, por diversas vezes, defenderam este modelo de liberalização e que para os Açores apontaram e apontam este caminho, espero que sejam subscritores da petição que decorre neste momento no arquipélago da Madeira e que visa a reposição das obrigações de serviço público.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

É grave falar de políticas de liberalização quando não há mercado que a suporte. A estabilidade e a previsibilidade do transporte aéreo são fundamentais para o desenvolvimento económico e social de todas as ilhas açorianas e de todos os açorianos.

A liberalização do transporte aéreo não serve os Açores nem os açorianos. Não nos deslocamos a Lisboa ou Porto só em férias com viagens programadas. Temos, frequentemente, necessidade sair por doença, para consultas não planeadas ou para reuniões de negócios que não se compadecem com marcações antecipadas, nem de ida nem de volta.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Outro sector em que os governos do PS não avançaram para a liberalização foi o dos combustíveis, por termos a consciência clara da nossa condição arquipelágica, aliada à descontinuidade territorial

e à pequena dimensão da generalidade das nossas ilhas e dos respectivos mercados.

Hoje, através de um regime de fixação de preços máximos de venda ao público, complementado com políticas de discriminação positiva para a agricultura e para as pescas, a Região disponibiliza a todos os açorianos um preçário que apresenta variações entre -12,1%, para a gasolina s/ chumbo, e -68% para o gasóleo pescas, relativamente aos preços, liberalizados, do Continente e da Madeira.

Esta política, para além de ter resultado em valores de venda deste tipo de produtos na Região mais baixos do que no Continente e na Madeira, tem evitado excessivas oscilações no mercado, sempre prejudiciais para as empresas e para os consumidores.

Com este regime tem sido possível, apesar do brutal aumento do preço do petróleo nos mercados mundiais, disponibilizar aos açorianos os combustíveis mais baratos de toda a União Europeia.

Contudo, tal só é possível através da redução de alguma receita fiscal, ainda assim, consideramos que as mais valias decorrentes da transferência deste fluxo financeiro para o bolso dos contribuintes e das empresas açorianas, contribui não só para o bem estar dos mesmos mas também, para o desempenho e equilíbrio financeiro do tecido empresarial regional.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para além da política de preços dos combustíveis, atrás referida, factores há que justificam, a manutenção de regimes de preços diferenciados do restante território nacional, para outros sectores vitais como são os casos da indústria do cimento e da indústria de moagem.

No caso do cimento, os preços são contratualizados com a única indústria existente na Região e têm sido acordados, para este produto, que é essencial para a economia dos Açores, possibilitando que o mesmo à porta da cimenteira tenha crescido a ritmos moderados e levado à manutenção de um preço uniforme em toda a Região, suportando o Governo Regional 70% dos custos inerentes ao transporte marítimo para o abastecimento do mercado interno. Tem sido assim possível manter preços inferiores em cerca de 10% aos praticados no Continente e na Madeira.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com estas medidas de política económica acompanhadas de outras ao nível social os Governos do PS têm contribuído para um melhor desempenho das nossas empresas e para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Com estas medidas, contrárias à demagogia patente em muitas das críticas apresentadas pelo PSD, melhoramos a mobilidade dos açorianos, combatemos muitas das fragilidades da nossa economia, melhoramos as nossas relações económicas, fazendo dos Açores um espaço de desenvolvimento e liberdade onde vale a pena viver.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 2008

O Deputado Regional
José do Rego